
**A ATUAÇÃO DAS ELITES ANTES,
DURANTE E NO FIM DO GOLPE
CIVIL-MILITAR DE 1964**

Carla Montuori Fernandes

Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Newton Leonardo Silva

Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Vera Lucia Michalany Chaia

Doutora em Ciências Políticas pela Universidade de São Paulo (USP).

A ATUAÇÃO DAS ELITES ANTES, DURANTE E NO FIM DO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964.**THE PERFORMANCE OF THE ELITES BEFORE, DURING AND AT THE END OF THE MILITARY COUP OF 1964.**

Carla Montuori Fernandes

Newton Leonardo Silva

Vera Lucia Michalany Chaia

RESUMO

O golpe civil-militar, ocorrido no Brasil no dia 1 de abril de 1964 e que durou 24 anos, se caracterizou pela participação e apoio inicial de estratos da sociedade que podem ser classificados, sob a ótica do autor Gaetano Mosca, como "classe dirigente"; e do autor Vilfredo Pareto, como "elite". No caso específico brasileiro, esses estratos são: o exército, que há muito almejava a chegada ao poder; a Igreja Católica, com forte influência política e social no período; e a chamada classe média, temerária da implantação do Comunismo no Brasil. A participação desses três atores sociais será inicialmente de apoio, mas como o regime recrudesce, esses atores passarão a fazer forte oposição, chegando a pegar em armas para tentar derrubar o regime e, por fim, apoiando por meios institucionais a campanha conhecida como Diretas Já.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Golpe Civil-Militar de 1964; Elite.**ABSTRACT**

The civil-military coup, which took place in Brazil on April 1, 1964 and lasted 24 years, was characterized by the participation and initial support of strata of society that can be classified, under the perspective of the author Gaetano Mosca, as "ruling class"; and the author Vilfredo Pareto, as "elite". In the specific Brazilian case, these strata are: the army, which longed for the coming to power; the Catholic Church, with strong political and social influence in the period; and the so-called middle class, reckless with the implantation of Communism in Brazil. The participation of these three social actors will initially be supportive, but as the regime increases, these actors will start to strongly oppose, even taking up arms to try to overthrow the regime and, finally, supporting by institutional means the campaign known as direct elections.

KEY WORDS: Military Dictatorship; 1964 Civil-Military Coup; Elite.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, adotaremos a visão de Carlos Fico em seu artigo “versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar” e classificaremos como Golpe Civil-Militar, o movimento desfechado na madrugada de 31 de março de 1964. Apesar de cientes da generalização aqui ocorrida, uma vez que, como demonstra Demian Bezerra de Melo em “Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”, não foi toda a sociedade que contribuiu para o Golpe, assim definiremos - “Golpe Civil-Militar” - uma vez que o intuito deste artigo não é discutir a sociedade como um todo, mas apenas uma parcela dela.

O citado Golpe Civil-Militar marcou a chegada ao poder do primeiro estrato aqui classificado como “classe dirigente” ou “Elite”: os militares que, antes mesmo deste acontecimento, já possuíam sua parcela de participação na história do país. Basta lembrar que os primeiros presidentes a assumirem a chamada República da Espada, ainda em 1889, foram os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto.

Só em 1894 é que se tem o início da chamada República Oligárquica, sendo que os militares voltariam a almejar o retorno, sozinhos, ao poder, somente a partir de 1930, algo que se constituiu em 1964. As incursões dos militares na política do país são assim sintetizadas por dom Paulo Evaristo Arns:

Quando, em abril de 1964, os militares derrubaram o presidente João Goulart e ocuparam o poder, na verdade estavam dando sequência a uma longa tradição intervencionista que remonta aos séculos anteriores da nossa história. Ainda antes da Proclamação da República e durante a época escravista registraram-se inúmeros episódios de participação dos militares na repressão contra lutas populares. (ARNS, 1985, p. 53)

As intempéries políticas que culminaria com o golpe civil-militar de 1964 começaram dez anos antes, e é importante detalharmos, mesmo que de maneira rápida, os acontecimentos para termos uma noção mais rica dos ingredientes históricos de 1964.

Em 24 de agosto de 1954, o então presidente Getúlio Vargas - envolvido em um escândalo de tentativa de assassinato de seu opositor, Carlos Lacerda; com a popularidade corroída por não conseguir dar continuidade à sua política populista devido à conjuntura econômica da época; e com forte oposição dos militares e da UDN - acaba cometendo suicídio. Para amplificar ainda mais o ato, Getúlio deixa uma carta testamento que provoca comoção nacional, assim descrita por Skidmore:

Uma onda de simpatia por Getúlio envolveu o país. Lacerda [...] precisou esconder-se e pouco depois deixava o país à espera que a fúria do povo amainasse. Caminhões de entrega do oposicionista *O Globo* foram queimados pela multidão enfurecida, que se lançou ao assalto ao edifício da Embaixada dos Estados Unidos. (SKIDMORE, 2003, p. 180)

Vendo frustrada a tentativa de dar o golpe, os militares só puderam assistir à posse do vice-presidente, Café Filho, que faria um governo provisório até 1955, data da próxima eleição presidencial. Em três de outubro de 1955, Juscelino Kubitschek é eleito presidente, tendo como seu vice João Goulart.

Antes da posse, marcada para 1956, a democracia brasileira volta a correr riscos por uma série de acontecimentos que incluiu o afastamento de Café Filho por problemas de saúde e a posse do presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Porém, o acontecimento mais significativo ocorre em novembro de 1955, quando o general Bizarria Mamede, no velório de outro general, faz um discurso contra a posse de Juscelino. A partir de então acontece algo inesperado:

O chamado “golpe preventivo”, ou seja, uma intervenção militar para garantir a posse do presidente e não para impedi-la. A principal personagem da ação ocorrida a 11 de novembro de 1955 foi o general Lott, que mobilizou tropas do exército no Rio de Janeiro. (FAUSTO, 2003, p. 421)

A atitude insólita é tomada pelo general Lott depois de ter seu pedido de punição à Mamede negado pelo presidente Carlos Luz. Temeroso da ligação do presidente com a ala golpista do Exército, Lott destituiu Carlos Luz e impede, dias depois, a volta de Café Filho, transmitindo o poder para o presidente do Senado, Nereu Ramos.

Assim, Juscelino Kubitschek é empossado presidente em 31 de janeiro de 1956. Passado o governo de Juscelino - com seus planos de fazer o Brasil crescer 50 anos em 5, que aumentou significativamente a dívida externa brasileira¹ - o próximo presidente a assumir foi Jânio Quadros, prometendo varrer a corrupção para fora do país. Sete meses após assumir, Quadros coloca novamente a democracia em risco, quando em uma malsucedida manobra política, pede a própria renúncia. Jânio imaginou que a Câmara não aceitaria e, com isso, ele poderia voltar com poderes ampliados ao comando do país, o que não aconteceu.

O próximo da linha sucessória seria o reeleito vice-presidente João Goulart – que na

¹ O volume médio anual de empréstimos e financiamentos, que havia sido de 51 milhões de dólares na primeira metade da década, passou para 342 milhões de dólares no período 1956-1960. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/divida-externa-2>>. Acesso em: 10 de fev. de 2019.

ocasião estava em viagem pela China comunista e era tido pelos militares como representante das políticas sindicalistas e populistas, além de possível responsável pela entrada do comunismo no país (SKIDMORE, 2003, p. 254). Alas militares tentavam impedir a posse de Jango, enquanto, no Rio Grande do Sul, Leonel Brizola - cunhado do vice-presidente - e o comandante do II Exército, general Machado Lopes, ameaçaram colocar a tropa gaúcha nas ruas para garantir a legalidade.

O impasse só foi resolvido nove dias depois, quando o Congresso decidiu que Jango assumiria, mas com poderes diminuídos graças à mudança para o sistema parlamentarista. A mudança para o sistema presidencialista só aconteceria em 1963, quando Jango consegue a antecipação de um plebiscito sobre a questão, marcado inicialmente para 1964.

Além dos estigmas já impostos a Jango por parcelas da sociedade, as ações políticas como a apresentação do Plano Trienal, objetivando o crescimento econômico, a realização de reformas sociais e o combate à inflação, farão com que o movimento golpista ganhe força e mais adeptos. Castro explica as consequências, em especial das Reformas de Base, e já antecipa o perfil dos opositores de Goulart, ou seja, além dos militares, os empresários e a classe média:

Ajudou esse esquema a ingenuidade da linha populista de Jango, um latifundiário que com suas reformas de base pretendia realmente um governo mais próximo da justiça social como o Brasil ainda não conhecera em toda a sua História. Ah, mas mudar espanta! Espanta sobretudo os empresários, os primeiros a se unirem às multinacionais e suas matrizes de Washington para auxiliar a campanha desonesta contra o tranquilo Goulart. O dinheiro rodou solto e a classe média, cuja ideologia se forma, grosso modo, através de novelas de televisão ou programas tipo Flávio Cavalcanti, aderiu rapidamente. (CASTRO, 1984, p. 79)

Sem apoio e sem conseguir suas reformas pela via institucional, Jango sobe o tom. Em 13 de março de 1964, em um comício na Central do Brasil, Rio de Janeiro, assina dois decretos diante da multidão: a desapropriação das refinarias de petróleo – que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás – e a Reforma Agrária. Em resposta, seis dias depois, em São Paulo, tem-se a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", passeata organizada por setores da Igreja – outrora temerosos quanto à posse de Jango – e da classe média, onde é celebrada uma "Missa Pela Salvação da Democracia". O quadro é assim descrito por Arns:

Praticamente toda a classe média e setores importantes dos trabalhadores rurais e urbanos estavam ganhos pela propaganda anticomunista. Seus principais veículos foram os organismos financiados pelos Estados Unidos, o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e a Igreja Católica, especialmente sua hierarquia, que se une à agitação contra o governo, amparada pela grande imprensa, e enseja as célebres "Marchas da Família com Deus pela

Liberdade”. (ARNS, 1985, p. 59)

Em 24 de Março de 1964, Jango comete um suicídio político ao anistiar marinheiros sublevados, sendo acusado pelo Clube Militar e por um grupo de altas patentes da Marinha de quebrar a hierarquia militar. Tentando apaziguar a situação, Jango discursa em uma reunião de sargentos, no Automóvel Clube do Rio de Janeiro, na noite de segunda-feira, 30 de março de 1964. Entretanto, o golpe já estava em marcha.

Nas altas horas da noite de 31 de março o golpe tinha uma bandeira: tirar Jango do poder, para combinar o resto depois. Já a defesa do governo caíra numa posição canhestra. Tratava-se de manter Jango no palácio, sem se saber direito para quê, nem em benefício de quem. As poucas forças conservadoras que, por razões de conveniência, ainda estavam associadas ao presidente, dispunham de meios para ajudá-lo, mas não tinham um propósito para mantê-lo no poder. As forças da esquerda, que tinham o propósito, não tinham os meios. A árvore do regime constitucional começava a dar sinais de que cairia para a direita. (GASPARI, 2002a, p. 86)

Após inúmeras trocas de ligações madrugada à dentro, tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho “desceria” de Minas Gerais até o Rio de Janeiro disposto a depor Jango à força. Porém, diante da inoperância de Jango, a ala do exército favorável ao presidente, resolve não se opor ao golpe, mantendo, assim, a coesão e unidade do exército, valores imprescindíveis dentro da Instituição.

Della Vechia (2012) também narra a “surpresa” dos movimentos sociais, estudantil e de luta pela terra diante desta inoperância do governo que estava prestes a cair e da situação de dúvida que eles também tiveram em relação às ações a serem tomadas.

Quando o golpe militar eclodiu na noite do dia 31 de março de 1964, o conjunto dos movimentos sociais, notadamente os movimentos sindical, estudantil e de luta pela terra, através das Ligas Camponesas, é pego de surpresa. Não que não soubessem que a possibilidade do golpe vir era grande, mas surpresa no sentido de não saber o que fazer. Durante a madrugada, muitos sindicatos fazem vigília tentando organizar algum tipo de reação. (DELLA VECHIA, 2012, p. 92)

Se pelo lado dos movimentos de esquerda e dos apoiadores de Jango o momento era uma “surpresa”, do outro lado, o dos opositores de Jango, a situação também não estava lá muito organizada, como demonstra Gorender:

É uma ideia falsa a de que os golpistas estivessem fortemente articulados. Pelo contrário, a articulação era frouxa e havia muita desconexão. Mourão Filho tomou a iniciativa de movimentar as tropas de Minas Gerais por conta própria, Castello Branco ficou assustado, mandou até o recado para que se detivesse, não avançando de Juiz de Fora e de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro a detonação do golpe provocou confusão entre os conspiradores. Salvou-se a capitulação precipitada de João Goulart. (GORENDER, 1997, p. 112)

Assim como São Paulo, outras capitais também fizeram suas marchas, ficando estas conhecidas como “marchas da vitória”, capitaneadas, mais uma vez, pela classe média. Uma delas aconteceu no Rio de Janeiro, no dia 2 de abril:

Foram marchas comportadas e bem vestidas [...] E bem vestidas porque não tinha um favelado, não tinha um operário, fora as exceções tradicionalmente confirmadoras da regra, como nos mostra a documentação fotográfica até hoje facilmente consultável. E a própria imprensa da época, ao exaltar a massa humana que se deslocou para a cidade, foi expressiva ao registrar que Copacabana ficou vazia, a Zona Sul ficou vazia, como vazia ficou a Tijuca. Mas nenhum bairro operário ficou vazio, nenhum subúrbio, nenhuma biboca da pobre Baixada Fluminense. (CASTRO, 1984, p. 80)

É nesse sentido que o golpe desfechado entre os dias 31 de março e 1 de abril de 1964 tinha como apoiadores membros da classe média, a Igreja (que gozava de grande prestígio e poder de persuasão ante a população), além do exército, que há muito almejava a chegada ao poder. O artigo partirá em busca de demonstrar como tais setores se articularam em um primeiro momento para apoiar o golpe e, posteriormente, diante do endurecimento do regime, acabaram por ingressar no movimento de oposição.

O GOLPE MILITAR DE 1964 - UMA ARTICULAÇÃO ENTRE A IGREJA, O EXÉRCITO E AS ELITES

Pode-se dizer que três estratos sociais (Igreja, Exército e membros da classe média) formavam o que Mosca irá definir como “Classe Dirigente” e Pareto (1966) como “Elite”. Por entender ser mais completa e mais condizente com o ocorrido em 1964, peguemos a definição usada por Pareto:

Reunamos, pois, em uma classe as pessoas que possuem os mais altos índices em seus ramos de atividade e chamemos essa classe de *elite*. Para a investigação específica que empreendemos, um estudo do equilíbrio social, será de grande utilidade dividirmos esta classe em duas outras: uma *elite governante*, compreendendo os indivíduos que direta ou indiretamente participam de forma considerável do governo, e uma *elite não-governante*, compreendendo os demais (...) temos então dois estratos numa população: 1) um estrato inferior, a *não-elite*, cuja influência possível no governo não nos interessa aqui; 2) um estrato superior, a *elite*, dividida em dois: a) a elite governante; b) a elite não-governante (PARETO, 1966, p. 73)

Nesse sentido, pode-se dizer que o Exército há tempos fazia parte dessa elite, como assim definiu Pareto, atuando indiretamente na política brasileira. Entretanto, a atuação direta ocorre no dia 2 de abril de 1964, quando o Supremo Comando da Revolução, composto pelos

ministros militares: o General de Exército Costa e Silva, o Tenente Brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello e o Vice Almirante Augusto Hamann Rademaker assumem o poder. No dia 9 de abril, o Supremo Comando da Revolução decreta o primeiro Ato Institucional – sem número, pois supostamente seria o único – que visava consolidar os poderes dos militares e afastar qualquer ameaça oposicionista.

O Ato Institucional manteve a constituição de 1946, porém com várias modificações, e manteve o Congresso, embora servil às vontades dos militares. Apesar de estarem previstas eleições diretas para outubro de 1965, o executivo poderia: cassar mandatos políticos, decretar aposentadorias sumárias a membros do Exército e suspender direitos políticos por até 10 anos. E os militares dispararam sua metralhadora institucional:

Quando se encerrou, a 11 de junho de 1964, o prazo que o primeiro Ato havia estabelecido para as cassações, o balanço inicial [de cassações] foi: (...) três ex-presidentes da República (Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart); seis governadores de Estado; dois senadores; 63 deputados federais e mais de três centenas de deputados estaduais e vereadores. Foram reformados compulsoriamente 77 oficiais do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica. Aproximadamente dez mil funcionários públicos foram demitidos e abriram-se cinco mil investigações, atingindo mais de 40 mil pessoas. Castelo Branco criou a Comissão Geral de Investigações (CGI) – para coordenar as atividades dos inquéritos policiais militares, que começavam a ser instaurados em todo o país. Foi implantado, em junho, o Serviço Nacional de Informações, cujo poder misterioso crescia sem interrupção nos anos seguintes (ARNS, 1985, p. 61)

O primeiro presidente do regime, Humberto de Alencar Castelo Branco, assume em 15 de abril de 1964. Apesar de haver, comumente, a divisão das alas militares entre a que ficou conhecida como Castelista ou Sorbonne, que seria defensora de um regime militar mais brando, em contraposição à ala conhecida como Linha Dura, que defendia um recrudescimento do regime, Carlos Fico demonstra que não era tão visível assim essa divisão:

Durante o seu governo, Castelo não conseguiu, como pretendia, interromper a temporada de punições “revolucionárias”; proibiu atividades políticas dos estudantes; decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistassem poder político; ajudou a redigir e assinou a Lei de Segurança Nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou o Congresso Nacional e decretou uma Lei de Imprensa restritiva. Além de tudo, foi conivente com a tortura, que já era praticada nos primeiros momentos após o golpe (é costume afirmar-se que a tortura só se tornaria freqüente no pós-68) (...) Castelo foi complacente com as arbitrariedades da linha dura, não teve forças para enfrentá-la e permitiu, assim, que o grupo de pressão fosse conquistando, paulatinamente, mais espaço e poder (FICO, 2004, p. 10).

Mesmo depois de decretados mais três outros atos institucionais, o grupo Castelista não consegue fazer seu sucessor e, em março de 1967, o ex-ministro da guerra, Artur da Costa

e Silva, se torna o segundo presidente militar do período. O ano de 1968 se tornaria um ano especial para o mundo. Nas palavras de Zuenir Ventura (1988), foi “o ano que não terminou”, para Regina Zappa e Ernesto Soto:

A herança de 1968 é polêmica, rica e se faz sentir até hoje. Foi o ano deflagrador de uma série de reivindicações sociais, políticas e culturais que continuam sem solução. Indicou a necessidade da criação de uma nova ordem mundial voltada fundamentalmente para o homem (SOTO, 2008, p. 16)

A Organização das Nações Unidas (ONU) escolheu 1968 como o Ano Internacional dos Direitos Humanos. A causa de toda essa notoriedade foi a sucessão de eventos marcantes que aconteceram pelo mundo. Nos Estados Unidos da América houve a guerra do Vietnã; na comunista China, a Grande Revolução Cultural e Proletária mobilizava milhões de jovens; no maio Francês, em Paris, jovens viravam carros, protestando contra a cortina de ferro; do lado oriental – na Polônia, Romênia e na então Tchecoslováquia – jovens protestavam contra a censura; na Bolívia morreria o maior herói das revoluções, Ernesto Che Guevara; e, no Brasil, jovens pegavam em armas para derrubar um regime que tratava de aniquilar seus inimigos por meio da tortura.

Em território nacional, um dos pontos altos se deu em 26 de junho de 1968 quando estudantes, representantes da Igreja e, mais uma vez, da classe média, desta vez do Rio de Janeiro, saíram às ruas naquela que ficou conhecida como a "Marcha dos Cem Mil".

Mas será um discurso do deputado Márcio Moreira Alves, propondo boicote ao desfile de sete de setembro e a realização de “abstinência” por parte das mulheres de soldados, que servirá de justificativa para se decretar, em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional mais repressivo do regime militar, o Ato Institucional N°5 (AI-5). Este Ato deu aos militares o poder de fechar novamente o Congresso, cassar mandatos, censurar a imprensa e suspender garantias individuais como o *habeas corpus*.

Como resultado dessa série de Atos, cassações e cerceamentos, o processo se intensifica e a única forma de oposição e resistência passa a ser a clandestinidade, descambando na luta armada entre a polícia da repressão e grupos revolucionários opositores ao governo, tendo como armas a tortura e a prisão de um lado; e as “expropriações” e sequestros, de outro.

Chegamos aqui no segundo momento do período militar que merece especial atenção e análise de como as elites (Igreja, Exército e classe média) agiram, ou seja, quando os movimentos opositores partem para ações armadas. Ao falar sobre os militantes de

esquerda, em depoimento a Zuenir Ventura (1988), o psicanalista Hélio Pellegrino diz que eles "nos ensinaram com a loucura, a generosidade e o sangue deles" (VENTURA, 1988, p.14). Ramos define assim as organizações e seus integrantes, deixando claro a participação de membros da classe média e burguesa:

Estas organizações [armadas], formadas no meio urbano, com elementos recrutados entre estudantes de classe média, não dispunham em seus quadros daqueles que eram considerados os mais aptos (...) portanto, além de educação física e ideológica, o indivíduo de origem pequeno-burguesa teria de adquirir sólido aprendizado militar associado a todas as consequências que isso traria para o corpo e a mente do guerrilheiro (...) neste contexto, o intelectual de origem e formação pequeno burguesa, que desejasse se transformar em combatente, deveria passar por um processo de morte simbólica. Deixaria definitivamente sua classe social e se tornaria um proletário, um revolucionário. (RAMOS, 2001, p. 46-49)

Analisando os textos produzidos pelas organizações armadas, Marcelo Ridenti mostra toda a alienação (para se usar uma expressão da época) que estas tinham em relação as classes sociais do país, bem como a dificuldade de se organizar a dita revolução:

Os textos das organizações brasileiras de esquerda armada mostram que elas careciam de uma análise aprofundada das classes sociais e do capitalismo no Brasil e na América Latina (...) não se conseguia romper com o velho esquema das duas etapas da revolução, nem se dava conta satisfatoriamente das complexas relações entre a burguesia brasileira, as forças armadas, os latifundiários e o capital internacional. E muito menos se esboçava uma análise convincente das classes despossuídas. (RIDENTI, 1993, p. 36)

Retomando a questão da representatividade, Ridenti afirma que as organizações sofriam de "ilusão da permanência representativa" (1993, p.246), sendo que os nacionalistas revolucionários se iludiam duplamente: com sua inserção política (isto é, com a permanência da sua representatividade) e com o tipo de representação. Ou seja, ao entrarem para a clandestinidade (por decisão própria ou por imposição da repressão policial, cada vez mais eficiente no combate às organizações) elas perdiam representação ao se afastarem dos meios sociais e institucionais em que atuavam.

Ao invés de ganharem representatividade, as organizações clandestinas iam perdendo aquela com que contavam, marginalizando-se socialmente, entrando numa dinâmica ambígua de sobrevivência política e de auto-destruição, no rumo certo do desaparecimento. (RIDENTI, 1993, p.248)

Ramos sintetiza bem o dilema que o militante de esquerda tinha que lidar, em especial o indivíduo considerado pequeno-burguês, diante deste cenário:

Perceberemos que a experiência pela qual o militante de esquerda deveria passar é a de uma dupla convivência com a morte. A primeira, de caráter simbólico, relaciona-se com o processo de proletarização. Na verdade, por meio dele o indivíduo considerado pequeno-burguês deveria ser submetido a uma mudança radical de valores e comportamentos (...) a segunda forma de convivência com a morte (...) não

é simbólica, é concreta. Aquele que se decide por uma vida dedicada à revolução, passa a conviver permanentemente com a ideia de que a qualquer momento pode ser preso, torturado e morto. (RAMOS, 2001, p. 52-53)

A repressão à esquerda armada, de fato, foi impiedosa. “A destruição das organizações armadas começou em julho de 1969 [...] no final de junho de 1970 estavam desestruturadas todas as organizações que algum dia chegaram a ter mais de cem militantes” (GASPARI, 2002b, p. 159).

O ENDURECIMENTO DO REGIME MILITAR

Em agosto de 1969, o então presidente Costa e Silva sofre um derrame e o governo é assumido por uma junta militar que decreta mais dois outros Atos Institucionais polêmicos: O AI-13, que previa o banimento de qualquer brasileiro que “se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”; e o AI-14, que previa a pena de morte para os casos de “guerra externa, psicológica adversa, ou revolucionária ou subversiva”.

Em outubro, como o quadro clínico de Costa e Silva não melhorara, é “eleito” outro presidente, Emílio Garrastazu Médici. Retraído, o novo presidente era um completo desconhecido da população e, em partes, uma incógnita no círculo militar. Assinava-se Médici, mas o almanaque do Exército listava-o como Medice havia mais de trinta anos. Internacionalmente, o novo mandatário brasileiro também não contava com grande prestígio. O Conselho de Segurança Nacional americano chegou a cogitar a possibilidade de Médici não terminar o seu mandato devido às suas limitações e a debilidade da situação do país (GASPARI, 2002b, p.130). Porém, este desacreditado presidente se tornaria o mais repressivo da ditadura militar e levaria ao sentido estrito o que anunciara no dia sete de outubro em seu discurso nas rádios e na TV. “A espiral de ações de guerrilha e repressão fez da era Médici a mais violenta do regime.” (SERBIN, 2001, p. 94)

Após quatro anos no poder, Médici seria substituído por Ernesto Geisel, dando início ao que historicamente ficou conhecido como o período da abertura lenta, gradual e segura. Porém, não foi bem assim que tudo aconteceu. A prova mais contundente de que o regime não estava disposto a realizar a abertura veio precisamente no dia 25 de outubro de 1975, quando o diretor da TV Cultura, Vladimir Herzog, se apresentou espontaneamente ao DOI-CODI (Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de Defesa Interna) paulista para

prestar esclarecimentos.

Fernando Pacheco Jordão, então diretor do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo e amigo de Vlado, conta como ficou sabendo da morte:

Deviam ser umas 10 horas quando uma jornalista, companheira de trabalho na TV Globo, me ligou de um telefone público pedindo-me que fosse encontrá-la - ela e outros jornalistas - num bar da Praça da República para um assunto urgente. Respondi que não podia sair e que ela falasse mesmo por telefone. "Não é assunto que eu possa dizer por telefone" (...) Não tinham passado dez minutos quando de novo o telefone toca. Desta vez é Hélio Oliveira, editor-chefe do Jornal Nacional, da TV Globo: "Fernando, uma notícia triste para lhe dar. O Vlado morreu. O Lang [jornalista credenciado no QG do II Exército] ligou agora há pouco e disse que o II Exército está preparando uma nota oficial dizendo que o Vlado se Suicidou. (JORDÃO, 2005, p. 33)

As contradições apresentadas pelo regime para a morte do jornalista foram tamanhas que, como manda a tradição judaica, ele deveria ser enterrado na ala de suicidas do Cemitério Israelita. Porém, numa atitude de coragem, oposição e descrença na versão apresentada pelo regime, o rabino Henry Sobel não enterra o jornalista no lugar à parte.

Passados quase 44 anos, em maio de 2018, tivemos mais uma prova de que o regime não havia mudado tanto assim sua posição em relação aos poucos opositores que ainda restavam à época. Entre os documentos que estão perdendo o sigilo, o pesquisador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), trouxe à público um memorando da CIA (Central Intelligence Agency), agência de inteligência norte-americana, que revela a autorização de Geisel para a execução de "subversivos perigosos".

Em 15 de março de 1979, assumiria o último presidente militar, João Batista Figueiredo. Gaspari vai definir assim aquele que fora incumbido de dar fim, da melhor maneira possível, ao regime que já durava 15 anos:

Quando Figueiredo assumiu o poder em 1979, a abertura já estava a caminho. Mas, como Geisel determinara, foi uma abertura gradual, lenta e segura – especialmente segura para as Forças Armadas. Em agosto de 1979, o governo Figueiredo concedeu anistia aos prisioneiros políticos, exilados e revolucionários – mas também aos torturadores." (SERBIN, 2001, p. 408)

Em agosto de 1979, Figueiredo toma mais uma atitude que, ao mesmo tempo em que tirava das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras, também fazia uma concessão histórica à linha dura do regime. Tratava-se da Lei da Anistia.

A lei da anistia aprovada pelo Congresso continha, entretanto, restrições e fazia uma importante concessão à linha-dura. Ao anistiar "crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política", a lei abrangia também os responsáveis pela prática de tortura. De qualquer forma,

possibilitou a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas. (FAUSTO, 2003, p. 504)

Em dezembro do mesmo ano, o governo obteve no Congresso a aprovação da Nova Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu os dois únicos partidos existentes até então (a Arena, governista e o MDB, "oposição") e criou novas organizações partidárias.

Em novembro de 1982, os brasileiros foram às urnas para escolherem de vereadores a governadores, porém, com o chamado voto vinculado. O eleitor era obrigado a escolher candidatos do mesmo partido em todos os níveis de representação, caso votasse em partidos diferentes, o voto era considerado nulo. No Senado e na Câmara dos Deputados, o PDT (partido do governo) saiu vitorioso, porém, na eleição para governador, a oposição conseguiu vitórias expressivas em Estados importantes como: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná.

O PAPEL DA IGREJA DURANTE O REGIME DITATORIAL

Na outra ponta, vale destacar a importância da Igreja Católica como um dos atores políticos importantes do período. Como diz Mainwaring (2004, p. 11, grifo nosso) "A questão não é se a Igreja está ou não envolvida na política, mas como ela está envolvida", reforçando, assim, a classificação neste artigo de que a Igreja Católica foi e, de certa forma ainda é, membro integrante daquilo que Pareto definiu como "Elite". No plano geral, Mosca destaca a atuação dos padres para além da função religiosa:

Em sociedades nas quais crenças religiosas são fortes e os ministros da fé formam uma classe especial, surge quase sempre uma aristocracia clerical que toma posse de uma parte mais ou menos importante da riqueza e poder político (...). Várias vezes os padres não desempenham somente funções religiosas. Possuem também saber científico e jurídico e constituem a classe da mais alta cultura intelectual. Conscientemente ou não, as hierarquias clericais frequentemente mostram uma tendência a monopolizar a educação e a atalhar os métodos e processos que tornam a aquisição do saber possível e fácil. (MOSCA, 1966, p. 59-60)

Durante o período pré-1964 e, como consequência no governo de João Goulart, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) chega a apoiar ações populistas entendendo ser o Estado um agente para a mudança social, como afirma Mainwaring:

Até 1964, a visão dos bispos progressistas era compatível com a dos governos populistas. Em evidente contraste com o período pós-1964, as relações entre a Igreja e o Estado eram geralmente cordiais, até os últimos meses antes do golpe. Os bispos viam o Estado como um agente para a mudança social e a CNBB apoiou o governo nos últimos anos populistas (1956-1963). Vários projetos sociais da Igreja eram empreendidos em colaboração com o Estado. O Estado financiou, por exemplo, o

Movimento de Educação de Base (...) A CNBB apoiava um nacionalismo semelhante ao dos governos Kubitschek, Quadros e Goulart. Na maioria das questões de conflito Estado/Igreja, o problema surgia entre o governo e os setores conservadores ou integralistas da Igreja. (MAINWARING, 2004, p. 76-77)

O "fantasma" do comunismo estava muito presente na mente dos bispos nos momentos que avizinharam o golpe. Isso porque o mundo estava sob o advento da Guerra Fria (com os conflitos indiretos e, por vezes, diretos, porém, "terceirizados" entre EUA e URSS) e a Igreja procurando posicionar-se em meio a essa divisão política.

Em 19 de março de 1964, em resposta a um comício feito por Jango no dia 13 de março, no Rio de Janeiro, no qual o presidente assinara dois decretos estatizantes e contra a vontade de D. Helder Câmara e de D. Carlos Carmelo Mota (ainda secretário e presidente da CNBB, respectivamente), centenas de milhares de pessoas saíram às ruas de São Paulo para demonstrar força e repulsa por uma possível "invasão comunista".

A Marcha da Família com Deus Pela Liberdade saiu da Praça da República, no centro paulistano, e terminou na Praça da Sé com a celebração da Missa Pela Salvação da Democracia, onde também foi entregue o Manifesto ao Povo do Brasil, em que se evocava a população a agir contra Jango.

Percebendo a gravidade da situação política por volta do dia 22 de março, por telefone, dom Helder contatou logo de manhã o cardeal Carlos Carmelo Mota em São Paulo e os dois combinaram de se encontrar no Rio para uma conversa no mesmo dia. (...) conversaram a portas fechadas, no Palácio São Joaquim, e resolveram tentar alertar o presidente João Goulart sobre os perigos que ameaçavam o seu governo. (PILETTI & PRAXEDES, 2008, p. 246)

Tentaram, de início, uma audiência privada com o presidente. Porém, este convidou-lhes para almoçar, ao que D. Mota fora convencido por D. Helder a aceitar. O almoço, porém, serviria para duas coisas: para D. Helder e D. Mota verificarem que o presidente acreditava (ou fingia acreditar) em sua defesa pelos sargentos e para serem usados pelo presidente em um gesto desesperado de desqualificar as marchas:

Foi quando irrompeu na sala um fotógrafo previamente instruído pelo presidente e registrou os três almoçando (...) dom Helder reagiu: presidente, perdoe-me, mas isto está contra todas as combinações. Mas João Goulart deu sua "palavra de honra" de que se tratava apenas de uma fotografia para seu arquivo pessoal (...) no dia 24 de março, saiu publicada no Jornal do Brasil a fotografia dos três almoçando no Palácio das Laranjeiras. A repercussão foi a pior possível, dando a entender que os dois principais dirigentes da CNBB estavam comprometidos com o moribundo governo de João Goulart (...) João Goulart tentava contrapor à repercussão das marchas opositoras realizadas pelas Senhoras Católicas um suposto apoio de duas importantes lideranças da Igreja brasileira. Infrutiferamente. (PILETTI & PRAXEDES, 2008, p. 247).

A exemplo de São Paulo, outras capitais também fizeram suas marchas, ficando estas conhecidas como “marchas da vitória”. Sobre os eclesiásticos e leigos católicos que participaram das marchas, apoiando, assim, o golpe militar, Castro os classifica de modo a se encaixarem perfeitamente no que aqui chamamos de elite:

Os eclesiásticos e leigos católicos que acompanharam essa marcha asséptica, ou ambas as marchas, a paulistana e a carioca, essas marchas em que não havia um suor de salário mínimo, em pouco tempo iriam descobrir que ali, no asfalto das avenidas das duas principais cidades do país, se caminhava rumo ao regime que tiraria a máscara nos primeiros dias e através dos anos se tornaria notório como o maior perseguidor da Igreja Católica no Brasil em cinco séculos de História. (CASTRO, 1984, p. 80-81)

Ou habitual, quase orgânica, ação de apoiar o *status quo* ou por engano de análise, inicialmente a Igreja brasileira, por meio da CNBB, tentou ficar em paz com o Regime Militar. Alguns episódios chegam mesmo a ser motivo de constrangimento para a instituição que, em outubro de 1964, se reuniria em Roma, onde se formou uma maioria conservadora que derrubou D. Helder da Secretaria Geral da instituição, afastando, junto com ele, toda a sua equipe, inclusive o presidente Dom Carlos Carmelo Mota, arcebispo de São Paulo desde 1944, e que foi nomeado para ser o primeiro arcebispo da Arquidiocese de Aparecida (criada em 1958).

O Advento do golpe coincidiu com a chegada de um grupo mais conservador à direção da CNBB, através de uma eleição em 1964, o que contribuiu para fortalecer o posicionamento inicial dessa frente aos militares. O novo presidente passou a ser dom Agnelo Rossi, conhecido por ter inclinações mais conservadoras, e a secretaria geral foi assumida por dom José Gonçalves, um burocrata dos negócios da Igreja. O antigo ocupante desse cargo, dom Hélder, foi transferido para a diocese de Olinda e Recife, após uma bem articulada atuação de dom Jaime Câmara. Dom Vicente Scherer foi nomeado para cuidar dos assuntos leigos e, nessa posição, contribuiu para o desmantelamento da JUC, que estaria concluído em 1966 (...) nessa nova configuração, os bispos considerados progressistas ocupariam apenas cargos de importância secundária. Dom Hélder Câmara tornou-se secretário de ação social, dom Fernando Gomes, secretário de assuntos pastorais, e dom Cândido Padin, secretário de educação. (GOMES, 2014, p. 45)

Como visto, o então arcebispo de Ribeirão Preto, D. Agnelo Rossi, passa a ocupar a Presidência da CNBB. Um mês depois, o Papa Paulo VI o nomearia para arcebispo de São Paulo. Sobre a presidência de D. Agnelo na CNBB, sintetiza Elio Gaspari (2002b, p. 248): “com a ajuda da hierarquia tentou fazer que a Igreja coubesse dentro do projeto desmobilizador do regime. Diluiu a ação da CNBB, liquidou as organizações laicas da juventude católica e afastou-se do debate político”. Mainwaring é mais enfático ao falar do novo líder da Igreja em São Paulo:

Toda sua gestão no arcebispado de São Paulo (1964-1970) foi marcada por uma relutância em criticar o regime, por esforços para negar a existência de um conflito entre a Igreja e o Estado e por contínuas tentativas de negociar com o regime. Ele se encontrava entre os poucos bispos proeminentes que continuaram a rezar a missa em comemoração ao golpe e, em diversas viagens, argumentou que as notícias de tortura no Brasil eram exageradas. (MAINWARING, 2004, p. 124)

A maior prova de que D. Agnelo Rossi e a ala conservadora que ditava os rumos da Igreja no Brasil estavam aquém dos ideais defendidos pelo Vaticano desde o Concílio de 1962 - ou seja, uma ação mais voltada para a justiça social e os direitos humanos - é que em outubro de 1970 o papa Paulo VI nomeia D. Agnelo Rossi para um cargo burocrático em Roma, colocando em seu lugar na arquidiocese de São Paulo o responsável pela Pastoral Carcerária, D. Paulo Evaristo Arns.

No ano seguinte, em 1971, outro membro que combatia o regime militar substitui D. Agnelo, desta vez na presidência da CNBB. Assumiria o cargo D. Aloísio Lorscheider que, em outubro de 1970, fora preso pelos militares e mantido incomunicável no cárcere por horas.

Com a ascensão de D. Paulo no arcebispado paulista e de D. Aloísio na presidência da CNBB, a Igreja no Brasil agirá de forma mais atuante na oposição ao regime.

A conclusão a que se chega sobre o papel da Igreja no período, em especial o de D. Paulo Evaristo Arns, pode ser traduzido por um trecho do editorial do jornal O São Paulo, veículo oficial da Cúria Metropolitana de São Paulo "Igreja e Direitos Humanos no Brasil" (de 8 de dezembro de 1973):

É certo que sempre se poderá dizer que a Igreja deveria ter feito mais no passado e no presente (...) Mas todos haverão de convir que amanhã, não se poderá dizer que a Igreja foi omissa. Ao contrário, escrever-se-á que a Igreja, deliberada e conscientemente, renunciou a antigos privilégios, alinhou-se ao lado do povo e propugnou pelos Direitos Humanos, sem temer riscos e incompreensões". (O São Paulo, 8 de dezembro de 1973, p.3).

O INÍCIO DO FIM: AS FORÇAS ALIADAS EM OPOSIÇÃO AO REGIME

O fato é que, a caminho do seu vigésimo aniversário, o regime já estava desgastado, perdera o rumo. Ao fim do ano de 1983 a taxa de inflação de 211% levava o país à bancarrota. (GASPARI, 2016).

Ainda em 1982, o regime perdia o apoio da outrora parceira classe média. Por conta de seus interesses econômicos, esta elite já começa a se articular para requerer eleições diretas para presidente, como demonstra Stepan:

Em termos teóricos, portanto, o regime militar, em 1982, perdera a sua razão de ser enquanto escudo contra alguma ameaça em que se pudesse acreditar, contava com uma base de sustentação muito mais estreita entre as elites (em 1982, uma pesquisa Gallup indicava que mais de 90% do grupo econômico de maior renda, em São Paulo, queriam eleições diretas para presidente) e enfrentava uma oposição maior, mais autônoma e democrática. Os militares brasileiros não mais navegavam nas brisas favoráveis do "milagre" econômico, como em 1968-72. Em 1981-82, eles navegavam contra a tempestade da adversidade econômica. Pior ainda, pareciam não ter uma estratégia clara, para superar a pior crise econômica da história do país. O "momento Brumário" do Brasil tinha passado há muito tempo. Poucos dos aliados políticos dos militares no início estavam dispostos a ceder aos militares a direção de seus assuntos políticos (STEPAN, 1986, p. 68)

Portanto, a campanha (ou movimento) que ficou conhecida como Diretas Já se tratou de um movimento liderado por personalidades do meio artístico, jornalistas, jogadores de futebol e, claro, por políticos outrora relegados ao ostracismo, além de todo um aparato de agências de publicidade e grandes empresas. Ou seja, pela terceira vez a "elite" estava à frente de uma manifestação política. Na primeira, ao apoiar o golpe contra o perigo do comunismo; na segunda, quando optou pela luta armada na tentativa de derrubar o regime; e agora, ao pedir a eleição direta para presidente. Sobre o comício de São Paulo, Gaspari afirma:

Foi organizado por uma comissão que coordenou uma equipe de sessenta pessoas, socorrida por cinco agências de publicidade que firmaram a cor da campanha (amarelo) e seu slogan ("Eu quero votar pra presidente"). Um laboratório distribuiu adesivos e a rede de supermercados Carrefour anunciava suas "Diretas 84", uma "linha direta com o preço baixo". O palácio dos Bandeirantes articulou a adesão de 514 prefeitos e a organização de caravanas. Trens e metrô grátis, quatrocentos policiais para proteger os manifestantes. A Paulistur instalou duzentos alto-falantes. Foram espalhados pela cidade 1 milhão de cartazes e 5 milhões de panfletos. Pensou-se em tudo, até em evitar que os petistas fossem Montoro. Para isso, combinaram que o governador subiria ao proscênio ao lado de Lula. (...) Faltavam duas horas para o início da manifestação e já havia 50 mil pessoas diante do palanque de 120 metros quadrados construído na escadaria da Sé. Chico Buarque de Hollanda cantou *Apesar de você* acompanhado pela multidão. Fernanda Montenegro pediu a Figueiredo "anistia total para o povo através das diretas", entregou o microfone e foi chorar no fundo do palanque. Estava todo mundo lá: Leonel Brizola, que meses antes apoiara a reeleição do general Figueiredo, e alguns representantes do PDS. Moraes Moreira, com seu "Frevo das diretas", Milton Nascimento, Sônia Braga, Gilberto Gil e Regina Duarte. (GASPARI, 2016, p. 269-270)

Porém, havia uma distância entre aquilo que era reivindicado nas ruas e o que era discutido e decidido no Congresso, com maioria do PDS. A eleição direta dependia de uma alteração constitucional, com o voto de dois terços dos membros do Congresso. A emenda constitucional que pretendeu implementar a eleição direta ficou conhecida como Emenda Dante de Oliveira, nome do deputado do PMDB que a apresentou. As esperanças acabaram no dia 26 de abril, quando:

Apesar das manifestações de rua que reuniram milhões de pessoas em todas as

principais cidades do país em favor da aprovação da emenda constitucional que previa a realização de eleições diretas para a Presidência da República, em 1984 – que ficaram conhecidas como Movimento pelas Diretas Já –, a oposição não conseguiu maioria para garantir sua aprovação no Congresso (REIS FILHO, RIDENTI, MOTTA, 2014, p. 25)

Gaspari resume assim, os preparativos para as eleições indiretas para presidente, ocorridas em 1984, tendo Paulo Maluf como candidato do governo - embora não fosse consenso nem mesmo dentro de seu partido - e o opositor Tancredo Neves, representando a aliança democrática tendo como vice José Sarney.

A transição de 1984 tornara-se a mais bem sucedida da história nacional, a única conduzida por um opositorista (...) como o grande meia direita Didi, Tancredo jogou parado (...) para que sua candidatura ficasse de pé, precisava que a mobilização histórica da Emenda Dante de Oliveira morresse na praia. Conseguiu. Também seria necessário que Figueiredo continuasse embaralhando. Conseguiu. Maluf precisava continuar imbatível na convenção do PDS. Conseguiu. No dia 19 de junho, os nove governadores da oposição reuniram-se no Palácio dos Bandeirantes e lançaram seu nome para disputar a presidência no Colégio Eleitoral. (GASPARI, 2016, p. 281-282)

Em 15 de janeiro de 1985, Tancredo e Sarney chegavam ao poder, dando fim à era dos presidentes militares. A dupla bateu Maluf por 480 a 180 votos. Uma semana antes da posse, porém, Tancredo é internado com problemas que já vinham sendo tratados, paliativamente, há tempo. O presidente eleito só entraria no Palácio do Planalto morto, em abril de 1985. Na cerimônia de posse, Figueiredo se recusou a entregar a faixa presidencial a Sarney. Depois de 21 anos, terminava, pela porta lateral, o regime militar no Brasil.

Os 21 anos de regime militar acabaram no dia 15 de março de 1985, mas a ocasião foi marcada pela doença e morte de Tancredo Neves. Ironicamente, o vice-presidente José Sarney, que nove meses antes ainda era um líder do PDS, foi quem acabou prestando juramento como presidente. Nesse sentido, o antigo PDS foi quem de fato ganhou a presidência da República, e a oposição histórica ao regime autoritário não pôde saborear a vitória de Tancredo. (MAINWARING, 2000, p.28)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ser uma das operadoras do regime, a classe dominante (aqui representadas pela Igreja e Classe Média) perde espaço após o golpe, uma vez que os militares (a outra classe dominante aqui definida) seguem monopolizando e radicalizando as ações, tratando de aniquilar todo e qualquer tipo de oposição. Porém, sua importância no momento subsequente é crucial: “As classes dirigentes declinam inevitavelmente quando cessam de encontrar objetivo para as capacidades através das quais subiram ao poder, quando não podem mais prestar os serviços sociais que prestavam ou quando seus talentos e os serviços que

executavam perdem importância no ambiente social em que vivem” (MOSCA, 1966, p. 66)

Tal definição pode ser aplicada com perfeição para o país em meados da década de 1980, pois não havia mais nenhum motivo para a continuação do regime militar. Os militares há muito haviam dispensado as bênçãos da Igreja como forma de legitimar o seu regime, também havia rompido com a classe média. Esta última chegou a pegar em armas na tentativa de derrubar o regime e não conduziam a economia como a burguesia esperava. Só para constar, o governo de Figueiredo deixou a maior inflação até então registrada na história nacional (224%) e a maior dívida externa do mundo, equivalente a US\$100,2 bilhões de dólares (GASPARI, 2016, p.309).

Assim, é preciso destacar que o regime não correspondeu a um simples instrumento da classe dominante (Igreja e Classe Média). Ela foi beneficiária - com vantagens desiguais para os diferentes setores e subsetores de cada uma - da política do governo, mas por muitos anos não participou da condução da política econômica (nas mãos dos poderosos ministros da Fazenda e do Planejamento) ou das decisões políticas e burocracia do Estado.

Por fim, parece mais plausível encerrar com a consideração feita por Marcelo Ridenti sobre a relação entre a elite e o apoio ao golpe. A hegemonia burguesa rearranjou-se após 1964, incorporando até elementos críticos a ela, pois "qualquer processo hegemônico deve ser especialmente alerta e sensível às alternativas e oposição que lhe questionam ou ameaçam o domínio" (...) em outras palavras, a ideologia tecnocrática e militar veio substituir a populista, mas prevalecia a hegemonia burguesa no conjunto da sociedade (RIDENTI, 1993, p. 90-91).

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

- ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil nunca mais**. São Paulo: Vozes, 1985.
- CASTRO, Marcos de. **64: Conflito Igreja X Estado**. Petrópolis:Vozes, 1984.
- DELLA VECHIA, Renato da Silva. **O golpe civil militar de 1964: algumas possibilidades sobre seu significado histórico**. Anos 90, v. 19, n. 35, p. 87-109, 2012.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista brasileira de história, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.
- GASPARI, Élio. **A Ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. **A Ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- _____. **A Ditadura Acabada**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2016.
- GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Record, 2014.
- GOENDER, Jacob. Era o golpe de 64 inevitável? In: TOLEDO, C. N. de. (Org.) **1964: visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. São Paulo: Unicamp, 1997.
- JORDÃO, Fernando Pacheco. **Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil**. São Paulo: Global, 2005.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.
- MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel, POWER, Timoty. **Partidos conservadores no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- MELO, Demian Bezerra de. **Ditadura “civil-militar”? - controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente**. Espaço plural, v. 13, n. 27, 2012.
- MOSCA, Gaetano. A classe dirigente. In: SOUZA, Amaury de. **Sociologia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966, 51-69.
- PARETO, Vilfredo. As elites e o uso da força na sociedade. In: SOUZA, Amaury de. **Sociologia e Política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1966.
- PILETTI, Nelson; PRAXEDES, Walter. **Dom Helder Camara: O profeta da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Alcides Freire. **Intelectuais de esquerda e a luta contra a ditadura militar brasileira (1964-1970)**, Estudos de História, v.8, n.1, 2001.

REIS FILHO, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na sombra bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2003.

STEPAN, Alfred. **Os militares: da abertura à Nova República**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VENTURA, Zuenir. **1968: O ano que não terminou a aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

ZAPPA, Regina & SOTO, Ernesto. **1968: eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

Artigo recebido em março de 2020. Aprovado em agosto de 2020.